

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

A DIGNIDADE DA PESSOA

A FUNDAMENTAÇÃO DO JURÍDICO,
A (RE)COMPREENSÃO DO DIREITO
À LUZ DO DEVER E O BLOQUEIO
DA SIMPLES ASPIRAÇÃO

ÍNDICE

CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO	7
1. A dignidade humana: a ambivalência do conceito e propósito da obra ..	7
CAPÍTULO II	
AS FUNÇÕES DA DIGNIDADE HUMANA NO QUADRO DA JURIDICIDADE	13
2. A dignidade humana no contexto constitucional e comunitário	13
3. Uma perspectiva de direito civil: a dignidade humana como um conceito. Ponderação crítica. Funções da dignidade humana no âmbito do sistema jurídico .	18
CAPÍTULO III	
O PROBLEMA DA FUNDAMENTAÇÃO DO JURÍDICO	23
4. Do jusnaturalismo ao positivismo	23
5. O positivismo jurídico	39
a. O positivismo francês — a Escola da Exegese e a interpretação do Código de Napoleão	42
b. O positivismo alemão. A Escola Histórica do Direito e a sua degenerescência na Pandectística e na Jurisprudência dos Conceitos	45
6. A evolução subsequente	48
6.1. A dimensão político-filosófica	48
6.2. A dimensão jurídica — a crise do positivismo e as tentativas de superação	59
6.3. A complexidade do mundo pós-moderno	67

•

CAPÍTULO IV	
A DIGNIDADE HUMANA.....	79
7. Da ideia de merecimento à ideia de dignidade humana	79
8. Perspetivas da dignidade	102
CAPÍTULO V	
PROJEÇÕES DA PESSOALIDADE RESPONSÁVEL NA CONFORMAÇÃO DA JURIDICIDADE	117
9. A necessária consideração da dignidade da pessoa em cada ato de realização do direito.....	117
10. A projeção positiva	119
10.1. O sentido da autonomia responsável	119
10.2. O sentido da responsabilidade pessoal	133
10.3. A recompreensão do direito subjetivo como poder da vontade: a vontade da pessoa <i>vs.</i> a vontade do indivíduo	136
11. A projeção negativa da dignidade humana: o bloqueio de determinadas situações concretas	187
11.1. O aborto.....	187
11.2. Eutanásia.....	209
11.3. Procriação medicamente assistida e maternidade de substituição .	226
11.4. A identidade de género.....	244
11.5. O casamento de pessoas do mesmo sexo	255
11.6. O transumanismo	259
11.7. A instrumentalização da vida — a recusa do utilitarismo.....	265
11.8. A questão ambiental	272
CONCLUSÃO	295

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt